

PROCESSOS DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO NO CAMPUS ACADÊMICO DO AGRESTE

Vannessa Rebeca Santana Aquilino

Graduanda do curso de licenciatura em pedagogia na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/CAA. Vannessarebeca94@gmail.com

Mônica Batista da Silva

Graduanda do curso de licenciatura em pedagogia na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/CAA. monicabatista.ufpe@gmail.com

RESUMO

Buscando melhor compreender sobre como se dão os processos de inclusão ao acesso do ensino superior, temos por objetivo geral deste artigo a investigação de tais processos de inclusão dos estudantes com deficiência no ensino superior, sob a justificativa que surgiu a partir das vivências de graduação com a temática e a aproximação através de palestras com o núcleo de inclusão presente no Campus – o NACE (Núcleo de Acessibilidade da UFPE) visibilizando quais são os mecanismos de inclusão oferecidos pela Universidade. Sendo essa pesquisa realizada de forma exploratória que surge da necessidade do pesquisador para o aprofundamento do conhecimento que possa gerar uma hipótese do estudo do caso, com coleta de dados do tipo de levantamento de forma quantitativa quais são esses processos de inclusão, sendo os sujeitos de pesquisas estudantes da Universidade Federal de Pernambuco, especificamente a interiorização no Campus Acadêmico do Agreste, localizado na cidade de Caruaru – PE. Portanto esse artigo se dividirá em três partes, na primeira parte falaremos sobre o conceito geral de deficiência, na segunda parte sobre o conceito geral de inclusão, focalizando no campo educacional, e a terceira parte apresentaremos os recursos e dados da inclusão presente no ensino superior, focalizando o Campus Acadêmico do Agreste. Consideramos que o protagonismo das pessoas com deficiência, é o que desde os primeiros estudos por nós realizados, corroboraram de forma efetiva para os processos de inclusão nos espaços educativos, cabe a nós como sociedade estar atento não apenas as suas necessidades, mas sua posição ativa na sociedade.

Palavras-Chave: Inclusão, Estudantes com deficiência, Ensino Superior.

1.INTRODUÇÃO

Com a grande onda de inclusão que está ocorrendo nos processos de humanização no País, vemos cada vez mais presente e de forma acessível à população que se interessa pelo assunto, os conceitos de inclusão, focalizando esse envolvimento no campo educacional, um destaque que gostaríamos de iniciar foi o choque que tivemos como tema da redação do Enem 2017 que tinha por título “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil” desencadeou um debate que se diz respeito a não incorporação da temática tanto no campo teórico, muito menos no campo prático.

Ainda sobre o Enem muitos dos nossos estudantes não sabiam do que se tratava a Libras – Língua Brasileira de Sinais – sendo essa linguagem através de sinais, que não são mímicas ou códigos, que os surdos se comunicam. Alguns dos estudantes que realizaram a prova desconheciam a libras e fizeram a redação de cunho astrológico¹, confundindo a Língua Brasileira de Sinais com Libra um signo do Zodíaco.

Diante desse cenário, passamos a nos questionar o porquê de a inclusão ainda ser tão distante da nossa vida em sociedade estando disponível apenas aos que buscam sobre a temática. Entendendo que se não houver uma integração com o campo teórico, não haverá essa apropriação no campo prático, onde é essencial para as pessoas com deficiência que nos tempos atuais políticas de acesso, ainda são revisadas para serem aprovadas.

Um dos pontos relevantes que identificamos como esse bloqueio para a acessibilidade é o marginalização dos sujeitos pelo pré-conceito, isto é, por desconhecer as “limitações” das pessoas que possuem deficiência, e pelo não estímulo para esse conhecimento. Entendemos como estudantes e cidadãos antes disto, devemos nos apropriar do tema e temos por objetivo geral deste estudo a investigação sobre os processos de inclusão e acesso ao ensino superior especificamente dos estudantes que fazem parte da Universidade Federal de Pernambuco, no Campus Acadêmico do Agreste, localizado na cidade de Caruaru.

¹ Para mais informações, acesse:< <https://www.sensacionalista.com.br/2017/11/06/enem-redacao-pedia-que-candidato-falasse-sobre-libras-e-metade-falou-de-astrologia/>>

A justificativa para a necessidade deste estudo surgiu a partir das vivências de graduação com a temática nas disciplinas de educação especial e a aproximação através de palestras com o núcleo de inclusão presente no Campus – o NACE (Núcleo de Acessibilidade da UFPE) visibilizando quais são os mecanismos de inclusão oferecidos pela Universidade, tendo como palestrantes alguns estudantes com deficiência que fazem parte da Instituição.

Portanto esse artigo se dividirá em três partes, na primeira parte falaremos sobre o conceito geral de deficiência, na segunda parte sobre o conceito geral de inclusão, focalizando no campo educacional, e a terceira parte apresentaremos os recursos e dados da inclusão presente no ensino superior, focalizando o Campus Acadêmico do Agreste.

1.1 DEFICIÊNCIA

Historicamente as pessoas que possuíam deficiência física eram vistas de forma diferente, esse estranhamento se dava de forma que excluía essas pessoas pois viam a deficiência como uma intervenção divina. Segundo Gaudenzi e Ortega (2016) “A anomalia, sobretudo a congênita, era vista como corporificação da ira dos deuses e o destino do sujeito era a morte imediata” (GAUDENZI, ORTEGA, 2016, p.3063). Isto quer dizer que, sobretudo as pessoas que nasciam com a patologia eram marginalizadas, sofrendo forte preconceito pelo desconhecido.

As autoras ainda afirmam, que mesmo com a entrada da biomedicina, e os estudos acerca das patologias das pessoas com deficiência e o pouco do conhecimento que foi levantado acerca das necessidades dessas pessoas, o preconceito ainda permaneceu e surgiu sob uma nova roupagem, o da estética.

Por volta de 1960 esse grupo em confronto com essas perspectivas promoveram a gênese do Movimento do Direito dos Deficientes, que eclodiu a partir da reivindicação e da participação dos mesmos nas pesquisas e decisões políticas que os envolvessem.

Além das justificativas utilizadas para exclusão supracitadas, pensamos que a “justificativa” atual mais exercida e que gera preconceitos está voltada ao mercado de trabalho, onde a produtividade é uma premissa para um bom profissional devido a abundante carga de produção para o mercado pelo sistema capitalista.

O aprofundamento de Gaudenzi e Ortega (2016) sobre a abordagem de Nordenfelt sobre o conceito de deficiência é específico quando explana sobre uma construção cultural quando diz que “deficiência e doença não são condição da

natureza humana, termos a-históricos ou atemporais; elas são categorias construídas por uma determinada sociedade e estão sujeitas a julgamentos de valor.” (GAUDENZI, ORTEGA, 2016, p.3065). Sob o ponto de vista congênito – quando o sujeito nasce com a deficiência – mesmo sendo uma mutação genética, ou dificuldades funcionais, sua deficiência é tão normal para ele, quanto uma pessoa de olhos com uma coloração diferente.

Queremos dizer aqui que a deficiência é enxergada como um impasse, uma limitação, de determinado sujeito, entretanto todos nós temos limitações funcionais, sejam por ineficiência ou por falta de conhecimento para exercer tal ação. A diferença está que esteticamente/mentalmente estamos aptos a fazer tal ação que muitas vezes não somos capazes, e excluindo determinado sujeito por apresentar uma patologia.

Segundo a ONU – Organização das Nações Unidas – com dados levantados em 2011, estima-se que um bilhão de pessoas vivam com alguma deficiência, isso significa cada uma em cada sete pessoas no mundo, a instituição ainda afirma que a falta de pesquisas nessa área ocasionam a falta de visibilidade desse grupo social. No próprio site da instituição ainda mostram estatísticas das pessoas com deficiência e suas relações na sociedade, tais como, boa parte da população com deficiência não têm condições de acesso a uma rede de saúde de qualidade, inclusive algumas delas não possuem planos de saúde, tendo em vista que pelas pesquisas realizadas por eles, pessoas com deficiência possuem um terço do gasto elevado que o da média.

As necessidades e os direitos das pessoas com deficiência têm sido uma prioridade na agenda das Nações Unidas durante pelo menos três décadas. Mais recentemente, após anos de esforços, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo foi adotada em 2006 e entrou em vigor em 3 de maio de 2008. (ONU, 2018)

Percebemos aqui que o estudo para a garantia dos direitos dessa parte da população é muito recente, sobretudo no Brasil que sua adoção signatária da convenção se deu apenas em 2009.

A ONU afirma que no tocando aos direitos das pessoas com deficiência abarcam: Ao respeito da dignidade humana; Aos mesmos direitos fundamentais que os concidadãos; A direitos civis e políticos iguais aos de outros seres humanos; A medidas destinadas a permitir-lhes a ser o mais autossuficientes possível; A tratamento médico, psicológico e funcional; A desenvolver suas capacidades e habilidades ao máximo; Apressar o processo de sua integração ou reintegração social [...]. Esse é um extrato da Declaração sobre os Direitos das

Pessoas com Deficiência, proclamada pela Assembleia Geral da ONU em 1975.

Compreendemos em termos gerais aqui que a deficiência seja ela congênita ou adquirida fazem parte de boa parte população, mesmo não havendo uma efetiva visibilidade. Entretanto, as restrições da vida em sociedade pelas pessoas com deficiência se dão mais pelo não acesso as oportunidades que não são a elas oferecidas, seja no campo educacional, trabalhista entre outros do que a limitação física ou mental que o mesmo apresenta. Acreditamos aqui sendo o preconceito um grande álibi ao não progresso da mentalidade da população da sociedade em geral no que se diz respeito a deficiência.

1.2 INCLUSÃO EDUCACIONAL

Ao se falar em inclusão educacional, o primeiro conceito que nos surge é o de acesso, isto é, as leis presentes são de “portas abertas” para estudantes que possuem qualquer patologia, entretanto o que se é discutido atualmente não é a negação ao acesso desses sujeitos, mas sim, da permanência e, sobretudo, a qualidade da oferta deste ensino. É quando Menezes e Frias (2009) afirmam que “É um grande desafio, fazer com que a Inclusão ocorra, sem perdermos de vista que além das oportunidades, é preciso garantir o avanço na aprendizagem, bem como, no desenvolvimento integral do indivíduo com necessidades educacionais especiais.” (MENEZES; FRIAS, 2009, p.3).

A exclusão educacional se deu desde a Grécia antiga quando as crianças não tinham nem mesmo acesso ao convívio social, quando não eram abandonadas, eram assassinadas. Bem como apresentamos acima, na Idade Média a exclusão acontecia devido ao medo da intervenção divina, tais sujeitos eram vistos como inválidos, eram marginalizados, muitas vezes sofriam perseguição e muitos deles chegaram a serem mortos. Por volta do século XVIII à visibilidade a pessoas com deficiência se baseavam apenas no cunho assistencial, disponibilizando apenas cuidados básicos como abrigo e distribuição de alimentos.

Apenas com o avanço médico-pedagógico, e as demais teorias da aprendizagem de novas abordagens psicopedagógicas deram início a uma educação mais efetiva dos sujeitos que possuem deficiência.

Segundo as pesquisas levantadas por Menezes e Frias (2009) devemos partir da nossa fala, pois nela concentra-se a aceitação ou o preconceito. A partir disso, nos é apresentado o termo que vem se popularizando como “necessidades educacionais especiais” que surgiu:

[...] nos discursos oficiais e mesmo no senso comum. Surgiu da intenção de atenuar ou neutralizar os efeitos negativos de terminologias adotadas

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

anteriormente para distinguir os indivíduos em suas singularidades, por apresentarem limitações físicas, motoras, sensoriais, cognitivas, lingüísticas, síndromes variadas, altas habilidades, condutas desviantes, etc. tais como: deficientes, excepcionais, subnormais, infradotados, incapacitados, superdotados, entre outras (MENEZES;FRIAS, 2009, p.7)

Ao adotar essa nomenclatura nos mostra que no mínimo estamos atentos que a inclusão não se dá apenas ao acesso, mas na percepção de que temos que criar pedagogias outras para a adaptação à pessoa com deficiência, e não o contrário. Percebemos que “o movimento de inclusão traz como premissa básica, propiciar a Educação para todos, uma vez que, o direito do aluno com necessidades educacionais especiais e de todos os cidadãos à educação é um direito constitucional.” (MENEZES; FRIAS, 2009, p.9).

Para romper com as barreiras de somente acesso para uma contribuição efetiva da educação desses sujeitos está na valorização cultural, isto é, no fortalecimento da identidade individual e coletiva da pessoa com deficiência, tendo por primícia o ato de aprender, aceitando também a produção de conhecimento desse sujeito para a educação.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no Título III que se diz respeito ao “Direito à Educação e o Dever do Educar” no Art. 4º, Capítulo III defende um:

atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1996).

No capítulo V que trata todo da Educação Especial percebemos a acurácia para esse tipo de ensino defendido por nós, não somente da disponibilização de acesso a educação, mas também da elaboração de uma pedagogia inclusiva e adaptada as necessidades apresentadas pelas pessoas com deficiência.

1.2 INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

Com o progresso do pensamento acerca da inclusão de pessoas com deficiência na educação básica, esse movimento se expandiu e não foi diferente se tratando do nível de ensino superior, mesmo que de forma ainda escassa para o que se é necessário para os debates, também há nesse espaço formativo - principalmente no tocando a formação profissional - a discussão sobre a participação ativa desse grupo social.

Nos estudos de Santos e Hostins (2015) esse movimento de inclusão surgiu no Brasil por volta dos anos 90, com uma publicação do Ministério da Educação (MEC) sobre a regularização do ensino superior, indicando a reitoria

que se adaptasse estrutural e pedagogicamente, bem como profissionais da educação aptos e qualificados para um ensino de qualidade para as pessoas com deficiência.

Entretanto essa atenção salienta as autoras, que aparentava a preocupação mais com mecanismos de acesso, do que a criação de garantias para a permanência, quando afirmam que:

Além disso, constata-se a preocupação com a acessibilidade no momento de provas e vestibulares, evidenciando uma ênfase na garantia de condições para o acesso. Significa dizer que, neste momento histórico, a política concebia a pessoa com deficiência como candidato e não como acadêmico em formação. (SANTOS; HOSTINS, 2015, p.195)

Aparenta ser a mesma inclusão proposta inicialmente pela a educação básica, uma mudança superficial, apenas deixando visível a possibilidade do ingresso, mas sem a precaução de uma forma efetiva de ensino, manutenção e continuidade dos estudantes com deficiência.

Também nas Leis de Diretrizes e Bases (1996) o documento garante o ingresso desses estudantes, mas não faz maiores indicações de como deve ocorrer esse processo, e quais mecanismos pedagógicos inclusivos devem ser direcionados nas salas de ensino superior, deixando apenas o direito sem a garantia do exercício do dever das instituições e docentes.

No ano de 2002, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (BRASIL, 2002a) destacam que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. (SANTOS; HOSTINS, 2015, p.195)

Começamos então a perceber a atenção para um processo pedagógico diferenciando, verdadeiramente inclusivo, e não apenas a preocupação para o acesso, tendo em vista a importância do papel do docente no manejo da sala de aula para que se haja uma verdadeira inclusão das pessoas com deficiência.

Corroborando a este pensamento trazemos os estudos de Castanho e Freitas (2006) acerca dessa preparação docente para uma educação bem-sucedida das pessoas com deficiência, quando afirmam que:

Tem-se notado que a partir das políticas de inclusão há uma maior necessidade de preparação da comunidade acadêmica para receber estes alunos. Diante disso, qualificar o profissional no ensino superior, que ao longo de sua trajetória como docente poderá defrontar-se com um aluno que apresente alguma necessidade educacional especial exige uma preparação que vai além do conhecimento científico. (CASTANHO; FREITAS, 2006, p. 95).

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

Não é somente a preparação teórica do docente que irá trazer garantias para uma educação de qualidade, tanto para os que não possuem, tanto para os que possuem deficiência, mas também a humanização, a percepção do melhor caminho para o ensino, de forma dialógica e adaptada a cada necessidade do estudante.

O papel do professor no contexto do ensino superior remete a uma postura ativa, dialética, política e ética, fazendo com que este educador tenha um compromisso permanente com a vida dos alunos, assim como com a autonomia de seus educandos, oportunizando espaços onde a liberdade possa ser exercida de forma criativa e espontânea. (CASTANHO; FREITAS, 2006, p. 96).

É na práxis docente que se pode haver as alternativas de uma pedagogia inclusiva, quando se relaciona a teoria estudada e na prática promove uma ação adaptada as necessidades dos estudantes.

METODOLOGIA

A objetividade da pesquisa do tipo exploratória é a aproximação com o objeto do estudo. Ela surge da necessidade do pesquisador para o aprofundamento do conhecimento para que possa vir a gerar uma hipótese do estudo do caso. É nesse processo que se desencadeia a investigação para a identificação da natureza do fenômeno apontando “as características essenciais das variáveis que se quer estudar”. (KOCHË, 1997, p.126).

Antes mesmos de pesquisarmos o fenômeno devemos nos aprofundar nas teorias que o antecedem, sob este ponto de vista, analisamos o conceito geral de deficiência, o conceito geral de inclusão educacional, a inclusão no ensino superior, para podermos levantar nossos dados de pesquisa no campo escolhido.

Para afunilar nossa pesquisa nos utilizamos da coleta de dados o tipo de levantamento que tem por objetivo fazer uma análise quantitativa do fenômeno estudado, nesse caso a verificação dos estudantes presentes na Universidade Federal de Pernambuco, especificamente no Campus - interiorizado – Acadêmico do Agreste.

Melhor caracterizando esse tipo de coleta de dados nos utilizamos do conhecimento de Gil (2002) quando caracteriza essa tipologia afirmando que:

caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

Em síntese, queremos nos apropriar sob o ponto de vista teórico e analisando em nossa vivência prática de forma quantitativamente a frequência do ingresso de estudantes com deficiência no ensino superior e os processos que garantem sua permanência através de entrevistas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Juntamente ao NACE (Núcleo de Acessibilidade da UFPE) coletamos o quantitativo atual de pessoas com deficiência, levantamento no sistema SIG@ este sendo realizado no dia 28 de Junho de 2018, no Campus Acadêmico do Agreste, localizado na cidade de Caruaru – PE.

DISCENTES	32
DOCENTES	3
TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS	3

FONTE: NACE.

Dentre essas pessoas com deficiência no Campus Acadêmico do Agreste, uma nos chama a atenção, em uma das palestras promovidas pelo NACE quando traz seu relato de experiência escolar.

Para sermos coerentes em nossa pesquisa, e não analisarmos somente os mecanismos de ingresso, ou apenas sob o ponto de vista estrutural, realizamos também nessa pesquisa, uma conversa informal com um desses estudantes, supracitado anteriormente, que o chamaremos de Fabiano.

Fabiano possui um blog onde discute questões de sua militância de acessibilidade, onde ele se denomina como:

Um ser humano simples com defeitos, virtudes e que a cada dia procura viver de forma mais coerente possível para ser feliz. Sou cadeirante desde 1977 devido a poliomielite (Paralisia infantil), blogueiro, ex locutor do telemensagem Shalom, Palestrante, Presidente da A.D.C.C – Associação dos Cadeirantes de Caruaru, Ex bailarino, ex secretário e conselheiro do COMUD – Conselho Municipal de defesa dos direitos das pessoas com deficiência, Estudante de economia na UFPE CAA (Passei emoção inexplicável)! Primeiro cadeirante aprovado e sem cota em ampla concorrência. Membro do NACE – Núcleo de Acessibilidade da UFPE – CAA. Estudante em pesquisa de extensão em Direitos Humanos – UFPE CAA e Secretário do DA – Diretório Acadêmico do curso de Economia – UFPE, CAA. (Sujeito de pesquisa, 2009).

Vemos aqui que Fabiano conquista seus espaços de forma ativa, de forma que seu discurso reforça a força e garra que ele demonstra. Lembrando de seu histórico escolar ainda nos anos iniciais foi difícil, pois não havia acessibilidade, pedagogias outras que os incluíssem, na adolescência teve uma fase rebelde, onde deixou os estudos de lado, para viver sua vida, mas com muita garra concluiu e ingressou na UFPE.

Ao conversarmos com tal estudante, conversamos sobre as primeiras impressões tanto estruturais como de socialização, e o mesmo afirmou que:

Em relação ao piso da universidade, enfrentei dificuldades para chegar à sala de aula, não tinha rampas de acesso, antes era uma vala! Tinha que ir por trás da Cantina que tem uma passarela de acesso! Mas, muito longe da minha sala! Banheiros sem portas, sem alças de apoio... e sendo usado por alunos andantes!!! Fizemos campanhas para uso consciente... todavia só resolve nas primeiras semanas! Depois esfria.. e continua a labuta... Quanto o pessoal: Docentes e Discentes... A gente vai fazendo amizades e quebrado barreiras de preconceitos atitudinais...A nossa Cultura é ainda motivo de pensamentos preconceituosos (Fabiano, 2018).

Percebemos na fala de Fabiano como são recorrentes a incongruência dos meios de acesso, garantem por lei a entrada, mas sob o ponto de vista da permanência ainda é de forma superficial. O primeiro dado em que ele apontou diverge do simples direito de ir e vir, a não adaptação do espaço nas coisas mais simples geram desconforto e posteriormente o estranhamento para com os outros sujeitos.

Outro dado interessante se tratou do ponto de vista social, que ainda percebemos os muitos preconceitos enraizados e naturalizados, como o uso de “andantes” termo mencionado por Fabiano, usarem um espaço destinado à uma população específica, onde o mal uso desses locais podem danificá-los.

Fabiano ainda aponta que todas primeiras melhorias para a adaptação do Campus a ele, foram realizadas quando afirma que “Enfim... Foram construídas rampas... passarelas... foram colocadas alças de apoio...e estamos na labuta... sugerindo melhorias em relação a Acessibilidade” (Fabiano, 2018), porém percebemos que ainda há uma falta e como muitas vezes se torna um trabalho penoso a solicitação que atendam as suas necessidades básicas.

CONCLUSÕES

Aprofundando nosso conhecimento, expandimos nossa percepção sobre a deficiência, que como bem podemos perceber desde os primórdios as pessoas com deficiência eram marginalizadas e os processos inclusivos sociais foram muito tardios, e ousamos dizer que mesmo em tempos atuais, ainda precisamos galgar um

longo caminho, o processo de inclusão deve ser uma busca diária.

A inclusão educacional geral ainda está fundamentada nas leis de acesso, e poucas são as metodologias outras de inclusão efetiva, os processos de ensino-aprendizagem devem estar pautados na adaptação ao estudante, e não a adaptação do estudante ao ensino.

Se nos anos iniciais ainda são escassas as pedagogias inclusivas, no ensino superior não é diferente, até mesmo nos espaços estruturais ainda percebemos o pouco investimento para a inclusão.

Em nossa pesquisa em um campo específico, compreendemos que o Campus teve que se adaptar a necessidades básicas, e uso consciente dos espaços destinados as pessoas com deficiência, entretanto, pela fala de um dos estudantes, compreendemos que apesar de ser um trabalho demorado, no campo ideológico já parece mais fácil a quebra de paradigmas e preconceitos.

Por fim, entendemos que o protagonismo das pessoas com deficiência, é o que desde os primeiros estudos por nós realizados, corroboraram de forma efetiva para os processos de inclusão nos espaços educativos, cabe a nós como sociedade estar atento não apenas as suas necessidades, mas sua posição ativa na sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 1996.

BLOG Fernando Acessibilidade: <nandoacesso.blogspot.com/2014/02/> Acesso em 16/07/2018 às 09h07.

CASTANHO, Denise Molon; FREITAS, Soraia Napoleão. **Inclusão e prática docente no ensino superior**. Revista Educação Especial, n. 27, 2006.

GAUDENZI, Paula; ORTEGA, Francisco. **Problematizando o conceito de deficiência a partir das noções de autonomia e normalidade**. Ciência & Saúde Coletiva, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002

MENEZES, Maria Christine Berdusco; FRIAS, Elzabel Maria Alberton. **Inclusão escolar do aluno com necessidades especiais: contribuições ao professor regular**; Orientação de outra natureza - Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba, 2009.

SANTOS, Tatiana dos; HOSTINS, Regina Célia Linhares. **Política Nacional para a Inclusão no Ensino Superior: uma Revisão da Legislação**. UNOPAR Cient., Ciênc. Human. Educ., Londrina, v. 16, n.3, 2015.

Site ONU: <https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-com-deficiencia/> Acesso em: 09/07/2018 às 14h30.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: Teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 20. ed. atualizada. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.